

Banco Komatsu do Brasil S.A.

**Demonstrações Financeiras
de 30 de junho de 2018 e 2017**

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório da Administração

Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco Komatsu do Brasil S.A., correspondente às atividades desenvolvidas durante os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, elaboradas em conformidade com a legislação vigente, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Ouvidoria

O Banco Komatsu, em conformidade com as disposições da Resolução nº4.433/15, do Conselho Monetário Nacional, mantém o componente organizacional de ouvidoria. Trata-se de um canal de comunicação entre o banco e seus clientes, que busca o aprimoramento de nossos procedimentos e rotinas, assim como o aperfeiçoamento de nossos produtos e serviços.

Desempenho

O Banco Komatsu tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos distribuídos pelo grupo Komatsu no Brasil.

O valor presente da carteira de operações de crédito, no encerramento do semestre, foi de R\$ 140.980 mil e o valor presente da carteira de arrendamento mercantil de R\$ 7.017 mil.

O lucro líquido no semestre, após a dedução da provisão para imposto de renda e da contribuição social, foi de R\$ 593 mil. O patrimônio líquido no final de junho de 2018 totalizava R\$ 99.218 mil, com o índice de Basileia de 50,44 %.

Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas e clientes pelo apoio e confiança e aos nossos colaboradores pelo seu comprometimento e dedicação.

A administração

São Paulo, 20 de agosto de 2018

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores do

Banco Komatsu do Brasil S.A.

São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Komatsu do Brasil S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Komatsu do Brasil S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

O Banco registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às demonstrações financeiras nº 7. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para

as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as

decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de agosto de 2018
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-14428/O-6
Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado do 1º semestre findo em

	NOTA	2018	2017
Receitas da Intermediação Financeira		14.474	6.850
Operações de Crédito	7b	8.635	4.950
Operações de Arrendamento Mercantil	7b	1.647	88
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5b	752	1.678
Resultado c/Títulos e Valores Mobil. e Instr. Fin.Derivativos	6b	3.440	134
Despesas da Intermediação Financeira		(7.382)	(21)
Operações de Captação de Mercado		(161)	(34)
Operações de Empréstimos e Repasses		(1.307)	(5)
Operações de Arrendamento Mercantil		(1.226)	(37)
Operações de T.V.M. e Instrumentos .Financ.Derivativos	6b	(3.920)	-
Provisão/Reversão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	7g	(768)	55
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		7.092	6.829
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(5.690)	(5.205)
Receitas de Prestação de Serviços	20a	165	125
Despesas de Pessoal	20c	(4.211)	(3.627)
Outras Despesas Administrativas	20b	(1.222)	(1.370)
Despesas Tributárias	20a	(433)	(345)
Outras Receitas Operacionais	20a	11	12
Resultado Operacional		1.402	1.624
Resultado não Operacional	21	(91)	(1.392)
Resultado antes da Tributação		1.311	232
Imposto de Renda e Contribuição Social		(718)	(411)
Provisão para Imposto de Renda	17a	(346)	(91)
Provisão para Contribuição Social	17a	(329)	(98)
Crédito tributário diferido		104	(202)
Ativo Fiscal diferido		(147)	(20)
Resultado do Período		593	(179)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido de 30 de junho de 2018 e 2017

	Capital Social	Reserva de Lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízo Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	100.000	-	-	(1.634)	98.366
(Prejuízo) do Semestre	-	-	-	(179)	(179)
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	-	-	10	-	10
Saldos em 30 de junho de 2017	100.000	-	10	(1.813)	98.197
Lucro do Semestre	-	-	-	477	477
Reserva Legal	-	15	-	(15)	-
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	-	-	(9)	-	(9)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	100.000	15	1	(1.351)	98.665
Lucro do Semestre	-	-	-	593	593
Reserva Legal	-	30	-	(30)	-
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	-	-	(40)	-	(40)
Saldos em 30 de junho de 2018	100.000	45	(39)	(788)	99.218

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa do 1º semestre de

	NOTA	2018	2017
RESULTADO DO PERÍODO		593	(179)
Ajustes ao Resultado:		1.512	10
Depreciação Imobilizado	20b	78	50
Depreciação Arrendamento Mercantil		1.226	37
Provisão (Reversão) p/Crédito, Arrendamento Merc. de Liquidação Duvidosa	7g	768	(55)
Superveniência de Depreciação		(588)	(80)
Provisão p/Desvalorização de BNDU		116	80
Resultado na Alienação de Outros Valores e Bens		(25)	-
Resultado MTM dos Tít.Vrs.Mobiliários e Instru.Finan.Derivativos		39	(10)
Imposto Diferido		(102)	-
Outras receitas operacionais		-	(12)
LUCRO/(PREJUÍZO) AJUSTADO DO PERÍODO		2.105	(169)
Variações Patrimoniais			
(Aumento)Diminuição em Ativos Operacionais		(63.877)	(30.478)
Renda Fixa		5.143	(5.143)
Swap		(3.266)	-
Operações de Crédito		(61.375)	(19.599)
Operações de Arrendamento Mercantil		(2.525)	(4.738)
Empréstimos		(2.385)	-
Outros Créditos e Outros Valores e Bens		531	(998)
Aumento(Diminuição) em Passivos Operacionais		82.649	6.334
Depósito a Prazo		350	4.964
Obrigações p/ empréstimos e repasses		7.029	624
Obrigações p/ empréstimos no exterior		71.824	-
Outras Obrigações		1.987	(8)
Resultados de Exercícios Futuros		1.459	754
ATIVIDADES OPERACIONAIS - CAIXA LÍQUIDO (APLICADO)		20.877	(24.313)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO - CAIXA LÍQUIDO (APLICADO)		(282)	(137)
(Aquisição) de Imobilizado de Uso		(364)	(137)
Baixa de Imobilizado de Uso		82	-
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		20.595	(24.450)
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período		17.810	42.260
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do período		38.405	17.810
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		20.595	(24.450)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Komatsu do Brasil S.A. (Banco) teve seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) em 04 de janeiro de 2016, bem como obteve sua inscrição no CNPJ do Ministério da Fazenda na mesma data, e sua autorização para funcionamento junto ao Banco Central do Brasil foi em 28 de abril de 2016.

O Banco está focado em oferecer financiamentos para a aquisição de máquinas e equipamentos produzidos pela Komatsu e comercializados por sua rede de distribuidores no Brasil, através das modalidades de financiamento Finame (BNDES), CDC, Empréstimos e Arrendamento Mercantil. Como não está envolvido com outros produtos bancários de crédito ou de investimentos, é capaz de concentrar seus esforços na oferta de produtos e serviços específicos para seus clientes em condições de excelência.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e com as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às Instituições Financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

✓	Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual p/Elaboração e Divulgação Relatório Contábil- Financeiro	CPC 00
✓	Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	CPC 01
✓	Resolução nº 4.524/16 – Efeitos das mudanças taxas câmbio e conversão de demonstrações contábeis	CPC 02
✓	Resolução nº 3.604/08 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	CPC 03
✓	Resolução nº 4.536/16 – Ativo intangível	CPC 04
✓	Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas	CPC 05
✓	Resolução nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações	CPC 10
✓	Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	CPC 23
✓	Resolução nº 3.973/11 – Evento Subsequente	CPC 24
✓	Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	CPC 25
✓	Resolução nº 4.535/16 – Ativo Imobilizado	CPC 27
✓	Resolução nº 4.424/15 – Benefícios a Empregados	CPC 33

Essas demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas em reunião de Diretoria em 20/08/2018.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, e reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base “*pro-rata*” dia.

Não são apropriadas as receitas de operações de crédito que apresentarem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal e/ou encargos.

Adicionalmente, as receitas e despesas foram reconhecidas segundo a Portaria MF nº 140/84 que estabelece normas às contraprestações de arrendamento mercantil que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no período;
- Ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil; e
- Os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo.

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez com prazo original igual ou inferior a 90 dias (entre a data de aplicação e vencimento do ativo) e quando de um resgate antecipado, apresentam risco insignificante de mudança do valor justo, sendo utilizado pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo **(Nota 4)**.

(c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços e, quando aplicável, são ajustadas a valor de mercado **(Nota 5)**.

(d) Títulos e Valores Mobiliários

O Banco classifica seus Títulos e Valores Mobiliários na categoria “Títulos Disponíveis para Venda” e os apresentam conforme previsto na Circular nº 3.068/01 de acordo com as seguintes diretrizes:

- (i) **Títulos para Negociação** – adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização, em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.
- (ii) **Títulos Disponíveis para Venda** – representados por títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado líquido dos impostos, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial” **(Nota 6)**.
- (iii) **Títulos Mantidos até o Vencimento** – representados por títulos e valores mobiliários para os quais a Administração tem a intenção e a capacidade financeira para mantê-lo até o vencimento, sendo contabilizado ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

(e) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os Instrumentos Financeiros Derivativos integrantes da carteira do Banco são utilizados para “*hedge*” (proteção) e seguem as orientações da Circular nº 3.082/02 do Bacen. Esses instrumentos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os Instrumentos Financeiros Derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção (“*hedge*”) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- (i) **Hedge de risco de mercado** – Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de “*hedge*”, têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período; e
- (ii) **Hedge de fluxo de caixa** – Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nesta categoria, bem como o item objeto de “*hedge*”, têm seus ajustes a valor de mercado da parcela efetiva do “*hedge*” registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receita e despesa, no resultado do período **(Nota 6)**.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos que não atendam aos critérios do “*hedge*” tem seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período.

(f) Operações de Crédito, Obrigações por Empréstimos e Repasses

Para as Operações de Crédito, Obrigações por Empréstimos e Repasses estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos. As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, períodos de atraso, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN por meio da Resolução nº 2.682/99, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo) **(Nota 7f)**.

(g) Operações de Arrendamento Mercantil

As Operações de Arrendamento foram demonstradas pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento.

As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais a vencer, as quais são apropriadas ao resultado nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF nº 140/84.

O ajuste financeiro da carteira de arrendamento, necessário para que o resultado e o patrimônio líquido estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi calculado em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno de cada contrato. **(Nota 7a)**.

(h) Provisões de Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa

São constituídas em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das mesmas. O CMN estabeleceu por meio da Resolução nº 2.682/99, critérios a serem seguidos para análise de risco dos clientes com operações ativas e os parâmetros para constituição de provisão baseados na experiência passada e riscos específicos dos tomadores de crédito, natureza e finalidade das transações, características das garantias e valor **(Nota 7g)**.

(i) Bens não de Uso Próprio

Os Bens recebidos em dação do pagamento em razão da execução de garantias vinculadas a operações de crédito, são registrados na rubrica "Outros Valores e Bens" e incluem provisões constituídas em montante suficiente para cobrir prováveis perdas na realização **(Nota 9)**.

(j) Despesas Antecipadas

As Despesas Antecipadas referem-se a contratos de uso de licença de software apropriadas no resultado de acordo com os prazos de vigência dos contratos **(Nota 9)**.

(k) Imobilizado de Uso

Até dezembro de 2016 o imobilizado de uso foi registrado pelo custo de aquisição e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 20% para veículos, processamento de dados e 10% nos demais itens **(Nota 10)**.

A partir de janeiro de 2017 de acordo com a Resolução nº 4.535/16 do BACEN, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos que impactem sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis a alocação e condição para seu funcionamento.

Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo calculada de forma linear, e reconhecida mensalmente em contrapartida a conta específica de despesa operacional, considera-se vida útil do bem o período de tempo durante o qual o Banco Komatsu espera utilizar o ativo.

(l) Imobilizado de Arrendamento

É demonstrado ao custo e reduzido pela depreciação acumulada, que quando aplicável é calculada de forma acelerada e segundo determinação da Portaria MF nº 140/84, com redução de 30% da vida útil. Consequentemente, o Banco, visando atender ao regime de competência, constituiu, no período, provisão para superveniência de depreciação, classificada em “Rendas de Arrendamento Mercantil” equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas internas de retorno de cada operação, conforme Circular BACEN nº 1.429/89.

(m) Ajustes aos Valores Recuperáveis dos Ativos

O Banco adota a prática de executar testes nos valores de recuperação dos seus Ativos não financeiros de acordo com a Resolução nº 3.566/08, no mínimo uma vez a cada exercício, com o objetivo de verificar a existência de evidências de desvalorizações desses Ativos e consequente ajustes contábeis desses Ativos aos seus valores de realização.

(n) Outros Ativos Circulantes e Realizáveis a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

(o) Imposto de renda e contribuição social (Ativos e Passivos)

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, são registrados na rubrica “Outros Créditos – Diversos” e realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

A provisão para o imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240 anuais. A provisão para a contribuição social é calculada à alíquota de 20%, (até dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda **(Nota 17a)**.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados pelos valores prováveis de realização e foram constituídos à alíquota de 25% para o imposto de renda e à alíquota de 20% para a contribuição social **(Nota 17b)**.

(p) Passivos Circulantes e Exigíveis a Longo Prazo

São demonstrados por valores conhecidos calculados com base em variáveis observáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço, reconhecidos em base “pro-rata” dia.

(q) Resultado de Exercícios Futuros

Entende-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação do serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, dependa apenas, da fluência do prazo.

(r) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa,

imposto de renda e contribuição social diferido ativo. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente.

(s) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$) mil, que é a moeda funcional do Banco. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

(t) Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN.

Em 30 de junho de 2018 o Banco não possui Ativos ou Passivos Contingentes.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 do CMN, apresentado na demonstração do fluxo de caixa está constituído por:

Caixa e equivalentes de caixa	2018	2017
Disponibilidades	13	2
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (a)	38.392	17.808
TOTAL	38.405	17.810

(a) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações em depósitos interfinanceiros estão demonstradas a seguir:

a) Composição das Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

	2018	2017
Até 90 dias		
Não Ligadas	38.392	17.808
TOTAL	38.392	17.808

b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

	2018	2017
Até 90 dias		
Não Ligadas	752	1.678
TOTAL	752	1.678

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
a) Classificação de Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
a) Classificação de Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

	2018					2017				
	Valor de Custo	Valor de Mercado/Contábil	Marcação a mercado	Taxa %	Custódia	Valor de Custo	Valor de Mercado/Contábil	Marcação a mercado	Taxa %	Custódia
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis p/ Venda										
Títulos Públicos (1)										
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	5.263	5.143	(120)	10,4	Selic
Instrumentos Financeiros Derivativos										
Diferenciais a Receber de "Swap"	2.972	2.785	187	8,29	Cetip	-	-	-	-	-
Diferenciais a Receber de "Swap"	468	481	(13)	7,61	Cetip	-	-	-	-	-

(1) Título com vencimento em 01/01/2018

Para as categorias "Títulos para Negociação", "Títulos Disponíveis para Venda" e "Instrumentos Financeiros Derivativos", o valor de mercado foi apurado com base nos seguintes critérios:

Swap, com base nos valores referenciais de cada um dos parâmetros dos contratos, considerando o fluxo de caixa descontado a valor presente pelas taxas no mercado futuro de juros apurados com base nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, e destina-se a atender as necessidades próprias, no sentido de reduzir sua exposição e riscos de mercado, moeda e juros.

Títulos Disponíveis para Venda – LTN é remunerada com base na Selic e destinava-se a atender as necessidades próprias da disponibilidade financeira do Banco.

Em 30 de junho de 2018 e 2017, o Banco não apresentava títulos classificados como "Mantidos até o Vencimento e Negociação".

b) Hedge de Fluxo de Caixa e Risco de Mercado

Conforme a Circular nº 3.082/02 do Bacen as operações classificadas como "Hedge" são realizadas com instrumentos derivativos com o objetivo de mitigar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista e são classificadas como "Hedge" de risco de mercado caso se destinem a compensar riscos decorrentes de variação no valor de mercado ou classificadas como "Hedge" de fluxo de caixa quando se destinam a compensar variação no fluxo de caixa estimado da instituição.

O resultado da marcação a mercado da estrutura designada como "Hedge" de risco de mercado está contabilizado no patrimônio líquido, correspondendo um débito no montante de R\$ 39, líquidos dos efeitos tributários.

O "Hedge" é considerado efetivo quando compensam as variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa do objeto de "Hedge" num intervalo entre 80% a 125% de acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN.

A efetividade das estruturas dos "Hedges" de risco de mercado é medida mensalmente, e estão em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN.

a) Composição dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Descrição	Indexador	Notional	Curva	Mercado	Ajuste ao MTM
Swap (Ponta Ativa)	Dolar	16.225	19.316	19.190	(126)
Swap (Ponta Passiva)	Reais	16.225	16.344	16.404	60
Diferencial de Swap a Receber ou (Pagar)					(66)

Descrição	Indexador	Notional	Curva	Mercado	Ajuste ao MTM
Swap (Ponta Ativa)	Dolar	18.770	19.280	19.304	24
Swap (Ponta Passiva)	Reais	18.770	18.814	18.823	9
Diferencial de Swap a Receber/(Pagar)					33

b) Análise de Efetividade do Hedge

Descrição	Exposição	Principal	Curva	Mercado	Ajuste ao MTM
Swap (Ponta Ativa)	Dolar	16.225	19.316	19.190	126
Captação	Dolar	16.225	(19.316)	(19.190)	(126)
				-	100%

Descrição	Exposição	Principal	Curva	Mercado	Ajuste ao MTM
Swap (Ponta Ativa)	Dolar	18.770	19.280	19.304	(24)
Captação	Dolar	18.770	(19.280)	(19.304)	24
				-	100%

c) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	2018
Rendas com operações de Swap	3.440
Despesas com operações de Swap	(3.920)
	(480)

d) Composição do Diferencial a Receber/(Pagar)

Descrição	Indexador	Valor Original	Curva	Mercado
Posição Ativa	Dolar	16.225	19.316	19.190
Posição Passiva	Reais	16.225	16.344	16.405
Diferencial de Swap a Receber ou (Pagar)				2.785

Descrição	Indexador	Valor		
		Original	Curva	Mercado
Posição Ativa	Dolar	18.770	19.280	19.304
Posição Passiva	Reais	18.770	18.814	18.823
Diferencial de Swap a Receber ou (Pagar)				481

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Composição das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Operações Financiamento - CDC PRE	130.930	88,5	76.593	93,5
Operações Financiamento - FINAME	7.664	5,2	626	0,8
Operações Empréstimos	2.386	1,6	-	-
Operações de Arrendamento Mercantil (1)	7.017	4,7	4.733	5,8
TOTAL	147.997	100,0	81.952	100,0

(1) A Carteira está representada pelas operações de leasing pelo método financeiro, demonstradas pelo valor presente dos contratos, cujo saldo totaliza R\$ 7.017 (30/06/2017 R\$ 4.733) na data do balanço, conforme composição abaixo:

	2018	2017
Arrendamento a Receber	8.101	5.029
(Renda a apropriar de Arrendamento Mercantil)	(8.087)	(5.029)
Imobil. de Arrend. Líquido de Depreciação	7.243	4.733
Credores por Antecipação de Valor Residual	(240)	-
Valor Presente de Arrendamento Mercantil	7.017	4.733

b) Rendas de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

Operações de Crédito	2018	2017
Operações Financiamento - CDC PRE	8.039	4.942
Financiamento - FINAME	469	8
Operações Empréstimos	127	-
Operações de Arrendamento Mercantil	1.647	88
TOTAL	10.282	5.038

c) Composição por Setor de Atividade de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Setor Privado				
Pessoa Física	13.756	9,3	6.773	8,3
Pessoa Jurídica	134.241	90,7	75.179	91,7
Serviços	57.363	38,8	46.357	56,6
Comércio	60.151	40,6	23.539	28,7
Rural	2.702	1,8	1.370	1,7
Indústria	11.220	7,6	2.819	3,4
Empresariais	2.805	1,9	1.094	1,3
TOTAL	147.997	100,0	81.952	100,0

d) Concentração dos principais devedores

	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Principal devedor	11.220	7,6	10.483	12,8
10 maiores devedores	43.045	29,1	24.957	30,5
50 maiores devedores	38.657	26,1	26.311	32,1
100 maiores devedores	34.102	23,0	20.201	24,6
Demais devedores	20.973	14,2	-	-
TOTAL	147.997	100,0	81.952	100,0

e) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil por faixas de vencimentos

	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas (1)	762	0,5	107	0,1
A vencer até 30 dias	5.750	3,9	2.984	3,6
A vencer de 31 a 60 dias	5.235	3,5	2.756	3,4
A vencer de 61 a 90 dias	5.290	3,6	2.883	3,5
A vencer de 91 a 180 dias	15.784	10,7	8.612	10,6
A vencer de 181 a 360 dias	28.572	19,3	16.065	19,6
A vencer acima de 361 dias	86.604	58,5	48.545	59,1
TOTAL	147.997	100,0	81.952	100,0

(1) Em 30 de junho de 2018, o Banco possuía operações de crédito vencidas à mais que 90 dias.

f) Classificação da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil por níveis de risco

		2018		2017	
Níveis de Risco	%Provisão Mínima Exigida	Valor Operações de Crédito	Provisão	Valor Operações de Crédito	Provisão
AA	0,00	290	-	462	-
A	0,50	52.423	262	25.146	126
B	1,00	92.063	920	55.200	552
C	3,00	2.215	66	895	27
D	10,00	-	-	249	25
E	30,00	169	51	-	-
F	50,00	837	419	-	-
TOTAL		147.997	1.718	81.952	730

g) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	2018	2017
Saldo Inicial	1.247	785
Constituição de Provisão	768	-
Reversão de Provisão	-	(55)
Baixa para Prejuízo	(297)	-
Saldo Final	1.718	730

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

No período, o Banco possui operações baixadas para prejuízo, no montante de R\$ 297 em 2018 e (R\$ 0 em 2017), porém não existia operações renegociadas e recuperadas em ambos dos períodos.

8. OUTROS CRÉDITOS

	2018	2017
Rendas a Receber ⁽¹⁾	214	270
Impostos/Contrib.A Compensar	564	104
Crédito Tributário (Nota 17b)	1.130	1.080
Diversos ⁽²⁾	169	784
TOTAL	2.077	2.238

⁽¹⁾ Refere-se a valores a receber de subsídio.

⁽²⁾ Refere-se basicamente a antecipação do 13º salário em 2018 e (valores a receber sobre venda de máquinas em BNDU em 2017).

9. OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Bens Não de Uso Próprio	272	411
Máquinas e Equipamentos	272	411
Despesas Antecipadas	121	352
Despesas Antecipadas ⁽¹⁾	121	352
TOTAL	393	763

⁽¹⁾ Refere-se a aquisição de licença de uso de sistemas de informação.

10. IMOBILIZADO DE USO

Itens	2018			2017		
	Valor do Custo	Depreciação	Saldo Contabil	Valor do Custo	Depreciação	Saldo Contabil
Máquinas e Equip. de Uso	4	(3)	1	4	(1)	3
Móveis e Utensílios	89	(20)	69	89	(13)	76
Sistema de Comunicação	18	(6)	12	18	(2)	16
Sistema de Proces.de Dados	187	(82)	105	187	(45)	142
Sistema de Transporte	581	(107)	474	299	(62)	237
TOTAL	879	(218)	661	597	(123)	474

11. DEPÓSITOS

Os Depósitos a Prazo estão classificados de acordo com seus vencimentos contratuais com taxa média de juros pós-fixada de 95,5% do DI.

a) Depósito a Prazo - por Prazo de Exigibilidade

	2018		2017	
	1 a 3 anos	Total	1 a 3 anos	Total
Depósito a Prazo				
CDB -Pós Ligada (1)	5.314	5.314	4.964	4.964

(1) O Depósito a Prazo tem liquidez diária e pode ser resgatado a qualquer momento sem ônus à Instituição.

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR

Obrigações por empréstimos no exterior, são representadas por recursos em moeda estrangeira, sobre os quais incidem encargos financeiros pela “Libor” acrescidos de juros com taxas entre 7,15% a 8,29% a.a, somam o montante de R\$ 71.824.

Obrigações por Empréstimos no Exterior	Principal	Curva	Mercado	Contábil
Empréstimos em moeda Estrangeira - Objeto de Hedge	34.995	38.596	38.494	38.494
Empréstimos em moeda Estrangeira - Não Objeto de Hedge	33.110	33.330	-	33.330
Valor Total	68.105	71.926	38.494	71.824

13. OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS

Recurso do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais – FINAME, sujeitos a encargos contratuais pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, acrescido de juros de 2,10% a.a. com vencimento em 2022.

a) Obrigações por Repasses
No país - Instituições Oficiais

Programa	Remuneração a.a	2018		2017	
		até 1 ano	1 a 3 anos	até 1 ano	1 a 3 anos
FINAME					
Pós- fixado	TJLP +2.1% a.a	2.256	5.397	102	522

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2018	2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos	21	-
Fiscais e Previdenciárias	1.422	567
Pagamento de Pessoal	1.829	1.047
Credores por Antecipação do Valor Residual	240	-
Provisão Depesas Administrativas	166	85
Fornecedores	124	115
TOTAL	3.802	1.814

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O Capital Social, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 100.000.000 (Cem milhões de Reais), divididos em 100.000.000 (Cem milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Reserva Legal

O Banco deve destinar 5% do lucro líquido do período para a constituição da Reserva Legal, até que esta alcance o limite de 20% do capital social realizado previsto em Lei. Do saldo remanescente, ajustado consoante o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, o mínimo de 25% será distribuído como dividendo obrigatório e/ou juros sobre o capital próprio, devendo ter o destino que for determinado pela Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria.

A Assembleia Geral poderá, também, se não houver oposição de nenhum acionista presente, tenha direito a voto ou não, deliberar distribuição de dividendo e/ou remuneração sobre o capital próprio inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro, observado o disposto no parágrafo 6º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório e/ou juros sobre o capital próprio, quantia não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social, a cada período, após as deduções previstas no Estatuto e conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. O valor pago ou creditado a título de juros sobre o capital próprio nos termos da legislação pertinente, poderá ser incluído ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Sociedade para todos os efeitos legais. A destinação dos lucros e pagamentos deverá ser determinada pela Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria conforme Estatuto Social.

Em 30 de junho de 2018 e 2017, o Banco não distribuiu dividendos em face do saldo do prejuízo acumulado.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750/09 do CMN, como segue:

Coligada do Grupo Controlador	2018	2017
ATIVO		
Rendas a Receber (1)	214	270
Komatsu Brasil International Ltda.	214	270
TOTAL	214	270
PASSIVO		
Pagamentos a Efetuar (2)	21	65
Komatsu Brasil International Ltda.	21	65
Depósito a Prazo - CDB	5.314	4.964
Komatsu Brasil Holding Financeira Ltda.	5.314	4.964
TOTAL	5.335	5.029
RESULTADO		
Rendas de Financiamento Subsidiado	867	454
Komatsu Brasil International Ltda.	867	454
Outras Despesas Administrativas (3)	(134)	(742)
Komatsu Brasil International Ltda.	(134)	(742)
Despesa de Depósito a Prazo	(156)	(34)
Komatsu Brasil Holding Financeira Ltda.	(156)	(34)
TOTAL	577	(322)

(1) Refere-se a recebimento de subsídio de taxas sobre operações de crédito.

(2) Refere-se a pagamentos a efetuar conforme contrato de compartilhamento de despesas gerais e administrativas.

(3) Refere-se, basicamente, a compartilhamento de despesas gerais e administrativas.

Todas as transações entre o banco e partes relacionadas são efetuadas a preço e/ou taxas compatíveis com as praticadas pelo mercado, vigente nas datas das operações.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação	1.311	1.311	232	232
(+) Adições Permanentes	301	16	338	338
(+) Adições Temporárias	1.023	1.023	213	213
(-) Exclusões Temporárias	(588)	-	(197)	(118)
Resultado antes da compensação	2.047	2.350	(176)	(176)
Base de cálculo IRPJ/CSLL	2.047	2.350	197	276
Alíquota nominal (15% IRPJ)	215		61	
Alíquota nominal (10% adicional - IRPJ)	131		30	
Total Imposto de renda	346		91	
Alíquota nominal (20% CSLL)		329		98
Total Imposto de contribuição social		329		98

b) Crédito Tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2018	2017
Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social e Diferenças Temporárias	(2.383)	(2.400)
Prejuízos Fiscais e Base Negativa de IRPJ e Diferenças Temporárias	(2.613)	-
Crédito Tributário IRPJ 25%	653	600
Crédito Tributário CSLL 20%	477	480
TOTAL	1.130	1.080

Origem	2017	Constituição	Realização	2018
Crédito Tributário s/ Prejuízo Fiscal	595	-	(523)	72
Crédito Tributário s/ Adições Temporárias - PDD	328	445	-	773
Crédito Tributário s/ Adições Temporárias - Outras	157	128	-	285
Total de Créditos Tributários	1.080	573	(523)	1.130

Em 30 de junho de 2018 e 2017, o Banco possuía créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados com base nas alíquotas vigentes, conforme demonstrado a seguir. Esses créditos estão registrados em “Outros Créditos – Diversos”, tendo em vista as estimativas dos créditos, face à projeção de lucros tributáveis baseada em estudo técnico que é revisto no mínimo semestralmente (30 de junho e 31 de dezembro).

Os principais fatores que fundamentam a projeção de rentabilidade futura para os próximos 4 anos são:

- ✓ Premissas básicas aderentes ao plano estratégico do Banco e ao cenário macroeconômico atual;
- ✓ Projeções de resultado compatíveis com os negócios, estratégias e estruturas operacionais e de capital;
- ✓ Crescimento da carteira de crédito e dos “spreads” aderentes às expectativas de mercado;
- ✓ Incremento nas receitas de prestação de serviços, tarifas e outras receitas, compatíveis com o mercado e com a estrutura de produtos oferecidos pelo Banco; e
- ✓ Estimativa de despesas e custos operacionais baseada na inflação projetada e nas necessidades operacionais da Instituição.

A realização desses créditos tributários, no período estimado, depende da materialização dessas premissas na forma como projetadas.

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

A seguir, apresentamos a expectativa anual de realização dos créditos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculados sobre os estoques de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL e sobre diferenças temporárias, e seu respectivo valor presente. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizada como custo de captação a Taxa Selic projetada ano a ano, para os próximos 2 anos, aplicada sobre os valores nominais da expectativa de realização, deduzindo o efeito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes na data do balanço.

Ano de Realização	Valor	Valor Presente	% de realização
2018	707	664	62,6%
2019	423	366	37,4%
TOTAL	1.130	1.030	100,0%

18. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

Como em toda atividade bancária, as operações do Banco Komatsu do Brasil S.A. estão sujeitas a vários tipos de riscos, sendo assim, a alta administração da instituição considera a gestão de riscos e compliance essenciais para o bom desempenho e continuidade de negócios.

A área de gestão de riscos e compliance do Banco atua de maneira integrada e está configurada em conformidade com a complexidade de suas operações, de forma a atender às boas práticas de mercado e às disposições da regulamentação em vigor.

O processo de gerenciamento de riscos e compliance conta com a participação de todas as camadas hierárquicas do Banco, que abrange desde as unidades de negócio até a Diretoria e seus Comitês.

O Banco possui um Comitê de Riscos e Compliance que tem como principal atribuição o aprimoramento das ferramentas de controle e processos, acompanhamento, monitoramento dos riscos da Instituição, aprovação de novos instrumentos normativos e políticas internas.

Maiores detalhes sobre as informações relativas à estrutura de gerenciamento de riscos e relatórios de transparência estão disponíveis na aba Governança na página da Instituição na web, no endereço: www.bancokomatsu.com.br. (Não auditado).

a) Risco de Crédito

Em conformidade a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento de risco de crédito, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades da Instituição.

O Banco utiliza modelo próprio de classificação do risco de crédito onde são considerados aspectos quantitativos e qualitativos. A classificação de crédito baseia-se em informações tais como: a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua, as garantias oferecidas e a destinação do crédito. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas que garante a detalhada observação e avaliação do risco das operações, bem como a necessária tempestividade e flexibilidade na sua aprovação.

Os princípios de controle do Banco estão descritos nas políticas de risco que estão em constante desenvolvimento e manutenção.

b) Risco de Mercado

Em conformidade a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento de risco de mercado, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades da Instituição.

Por se tratar de um banco de nicho, operando basicamente no financiamento de bens da própria marca para pessoas físicas e jurídicas, o perfil de exposição ao risco de mercado da instituição é conservador. Os investimentos da tesouraria são restritos ao excedente de caixa, estão disponíveis para venda e não possuem finalidade especulativa, sendo assim, são registrados na carteira de não negociação (Banking).

A instituição utiliza instrumentos derivativos de *hedge* para proteger suas operações, sujeitas a variação cambial. A estratégia consiste exclusivamente em compensar os riscos de variações de preços de mercado, não assumindo nenhuma posição especulativa.

O capital mínimo requerido para cobertura do risco das exposições sujeitas à variação de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBN) é calculado mensalmente através da metodologia EVE (*Economic Value Equity*) de acordo com preceitos a Circular No. 3.365/07 do BACEN.

c) Risco de Liquidez

Em conformidade a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades da Instituição.

As políticas e procedimentos internos de gestão de riscos visam cobrir o:

Risco de liquidez operacional, oriundo da necessidade de caixa para fazer frente às despesas administrativas;
Risco de liquidez de financiamento, oriundo da necessidade de caixa para fazer frente à contratação de novos negócios de acordo com o planejamento estratégico da Instituição;
Risco de liquidez associado ao risco mercado, oriundo dos descasamentos entre ativos e passivos da Instituição.

Tais políticas e procedimentos estabelecem parâmetros para a posição mínima de liquidez da Instituição e possuem capacidade de mensurar se o banco está operando nesses parâmetros, gerando relatórios tempestivos à administração que permitem tomar decisões sobre liquidez e monitorar os resultados dessas decisões.

d) Risco Operacional

Em conformidade a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento do risco operacional, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades da Instituição.

O processo de monitoramento do Risco Operacional envolve toda a estrutura do Banco, iniciando-se com os colaboradores que identificam os riscos, os gestores de processos que avaliam os riscos, passando pela área de gestão de risco e comitê de riscos e compliance que determinam as ações para sua mitigação.

Os trabalhos de Auditoria Interna complementam tal processo, devendo constar dos seus relatórios a avaliação do sistema de controles internos e riscos.

Em conjunto com a área de gestão de riscos e compliance às demais áreas de negócios do Banco são responsáveis pela elaboração e cronograma dos planos de ação, cuja finalidade são de aprimoramento dos processos e controles internos. Os planos de ação são aprovados e acompanhados sistematicamente pelo comitê de riscos e compliance.

Com relação ao atendimento dos requisitos de Basileia, o Banco gerencia seus riscos operacionais utilizando a abordagem básica para alocação de capital.

e) Risco Socioambiental

Em conformidade a Resolução nº 4.327/14 do CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento do risco socioambiental, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades da Instituição.

Na condução de seus negócios, o Banco possui política, procedimentos, e práticas que visam mitigar o risco socioambiental em toda a sua cadeia produtiva, desde o estabelecimento de canais de comunicação com clientes internos e externos até o monitoramento das atividades de seus clientes tanto no momento da aprovação de crédito quanto no decurso de relacionamento com a Instituição.

f) Gestão do Capital

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o processo de gestão de capital está centrado no acompanhamento mensal da adequação do Patrimônio de Referência (PR) e visa assegurar que a Instituição mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) utilizado para cumprir os limites operacionais detalhados na Resolução 4.192/13 do CMN, consiste no somatório do Capital de Nível I e Capital de Nível II, onde:

Capital de Nível I: composto pelo Capital Principal, apurado a partir do capital social, contas de reservas e lucros retidos menos deduções e ajustes prudenciais, bem como pelo Capital Complementar;

Capital de Nível II: composto por instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas, sujeito a limitações prudenciais.

19. ÍNDICE DE CAPITAL

O Índice de Basileia, de Capital Principal, Nível I e Nível II, são requeridos para garantir a solidez do Banco e com intuito de suportar o crescimento do negócio do mesmo. Tal Índice é calculado com base na relação entre os ativos ponderados pelo risco e o capital do banco.

O Banco segue as orientações preliminares e cronograma relativos à implementação no Brasil, das recomendações do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária acerca da estrutura de capital e de requerimentos de liquidez (Basileia III), de acordo com o Comunicado nº 20.615/11 do BACEN.

Os Índices de Capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções nº 4.192/13 do CMN e nº 4.193/13 do CMN, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

A avaliação e suficiência de capital é feita periodicamente com intuito de verificar se o patrimônio de referência é suficiente para os riscos tomados pelo Banco.

	2018	2017
Patrimônio de Referência	99.148	97.721
PR - Nível I	99.148	97.721
Capital Principal (CP)	99.148	97.721
Capital Social	100.000	100.000
Perdas ou Prejuízos Acumulados	(787)	(1.813)
(+) Reservas de Capital, de Reavaliação e de Lucros	45	-
(-) Deduções do CP exceto ajustes prudencias	(72)	(476)
Ajuste ao Valor de Mercado	(39)	10
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	102.749	102.749
Risco de Crédito	171.934	93.600
Risco Operacional	24.622	9.149
Nível I	99.148	97.721
Capital Principal (CP)	99.148	97.721
Patrimônio de Referência	99.148	97.721
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	16.953	9.504
Folga em Relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	82.195	88.217

As Instituições financeiras têm que manter patrimônio líquido mínimo de 8,625% dos seus ativos consolidados ponderados por graus de risco, acrescidos de percentuais sobre os riscos de créditos, em ativos e passivos referenciados em variação cambial e em variação da taxa de juros, conforme normas e instruções do BACEN.

Em 30 de junho de 2018 o Banco está enquadrado neste limite operacional, onde o índice de capital corresponde a 50,44 % (95,11% em 2017).

Em complemento aos requerimentos mínimos de capital, a partir do 4º exercício de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.748/15 do BACEN, que incorpora o Índice de Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. A RA é definida como a razão entre Capital de Nível I (capital de mais alta qualidade mantida pelos bancos) e Exposição Total (calculada nos termos da referida Circular). O índice de Alavancagem do Banco Komatsu do Brasil é de 50,52% (91,18% em 2017).

20 OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras Receitas /(Despesas) Operacionais

	2018	2017
Receita de Prestação de Serviços	165	125
Outras Receitas Operacionais	11	12
Despesas Tributárias	(433)	(345)
TOTAL	(257)	(208)

b) Outras Despesas Administrativas

	2018	2017
Despesas de Processamento de Dados	274	370
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	408	457
Despesas de Serviços Sistema Financeiro	70	138
Outras Despesas Administrativas	102	104
Despesas de Serviços de Segurança	18	18
Despesas com Transportes	15	15
Despesas de Comunicação	55	54
Despesas de Viagens	21	17
Despesas de Publicações	23	57
Despesa de Depreciação	78	50
Despesa c/ Seguros	56	25
Despesa c/Emol.Judiciais e Cartorários	102	65
TOTAL	1.222	1.370

c) Despesas de Pessoal

	2018	2017
Proventos e Ordenados	2.906	2.487
Encargos Sociais	915	768
Benefícios	387	274
Treinamento	3	98
TOTAL	4.211	3.627

21 RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Refere-se a ganho na venda de veículo de frota e a perda na desvalorização de alienação de bens no montante de R\$ 26 e (R\$ 117), respectivamente, para o período de 30 de junho de 2018. O montante de (R\$ 1.392), refere-se ao prejuízo em transações com valores e bens acumulado em 30 de junho de 2017.

22 OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Benefícios a Funcionários**

O Banco oferece aos seus empregados os seguintes benefícios: seguro de vida, seguro saúde, vale-alimentação, vale-refeição e vale-transporte. Nenhum destes benefícios é considerado como parte integrante do salário.

O Banco não possui planos de benefícios pós-emprego, benefício de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações, e não contribui com planos de previdência privada ou complementar.

b) Participação nos Lucros – Funcionários

O Banco concede o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados, de acordo com os parâmetros da legislação vigente.

c) Remuneração de pessoal chave da administração

A Resolução do CMN nº 3.921/12 tem como objetivo principal regulamentar e institucionalizar as políticas de remuneração dos administradores de Instituições financeiras, assegurando seu alinhamento à política de gestão de riscos do Banco, no sentido de coibir comportamentos que possam ser considerados desalinhados dos níveis de segurança e de prudência desejados. A referida Resolução estabelece diretrizes sobre os programas de remuneração variável, e também as responsabilidades na aprovação, operacionalização e divulgação das políticas de remuneração, bem como a criação de um comitê de remuneração.

Alinhando às regras da referida Resolução, a remuneração dos administradores do Banco, são baseados, (i) nas responsabilidades dos Administradores, considerando os diferentes cargos ocupados e as funções que desempenham; (ii) no tempo dedicado às suas funções; (iii) na competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) ao valor de seus serviços no mercado.

Os administradores do Banco são remunerados através de Pró-Labore ou salários quando registrados sob o regime CLT, que estão apresentados na rubrica despesas de pessoal. A instituição trabalha no momento com remuneração variável.

d) Ativos e Passivos Contingentes

O Banco não tem conhecimento de contingência passiva classificada com risco de perda provável e possível.

Dessa forma, não há provisão constituída para passivos contingentes em 30 de junho de 2018 e 2017, e não há causas a serem divulgadas nas demonstrações financeiras.

e) Resultado de Exercícios Futuros

Refere-se as receitas dos contratos com taxas subsidiadas pela Komatsu Brasil International Ltda.

f) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, e são compostos por:

- Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Concluímos que para o período de 2018 e 2017, não houve eventos subsequentes.